

IMPACTO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE – FCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE GOIÁS: UM ESTUDO MULTICASOS NO ESTADO DE GOIÁS – BRASIL**IMPACT OF THE CONSTITUTIONAL FUND OF THE CENTRAL WEST – FCO FOR THE DEVELOPMENT OF INDUSTRY IN THE STATE OF GOIÁS: A MULTICASE STUDY IN THE STATE OF GOIÁS – BRAZIL**

Edson Júnior Santana¹
Carlos Augusto Ribeiro Silva²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o impacto de desenvolvimento empresarial das indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO), no período entre 2004 a 2014. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, em que os dados foram coletados por meio do Instrumento de Entrevista Semi estruturada e documental, com a participação de três indústrias, sendo uma de Goiânia, Abadia de Goiás e Trindade, no período entre maio a junho de 2018. O estudo contemplou dados que mostraram que houve um significativo impacto na economia regional e conseqüentemente na geração de empregos e renda para a população goiana. Os investimentos foram desde infra-estrutura até vagas de empregos operacionais, impactando de forma direta na economia da Região Metropolitana de Goiânia. As indústrias são de segmentos diversos, porém, investiram os valores da referida linha de crédito em benfeitorias, no aumento da produção. Diante dos resultados apresentados junto a três indústrias de diferentes segmentos, pode se notar que cabe ressaltar os avanços da política regional brasileira, seja do ponto de vista da maior disponibilidade de recursos, seja em termos do seu aprimoramento institucional e legal, seja do processo de monitoramento e avaliação da política.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Constitucional de Financiamento. Indústrias. Impacto econômico. Empregabilidade.

ABSTRACT

To analyze the impact of business development on the industries of the State of Goiás, which benefited from subsidized resources from the Central Western Constitutional Fund (FCO), between 2004 and 2014. This is a quantitative-qualitative research, in which the data were collected through the Semistructured and Documentary Interview Instrument, with the participation of three industries, one from Goiânia, Abadia de Goiás and Trindade, between May and June 2018. Results: The study included data that showed that there was a significant impact on the regional economy and consequently on the generation of jobs and income for the population of Goiás. The investments went from infrastructure to vacancies of operational jobs, impacting directly on the economy of the Metropolitan Region of Goiânia. The industries are of different segments, however, they invested the values of said line of credit in improvements, in the increase of the production. In view of the results presented to three industries from different segments, it can be noted that it is worth noting the advances of the Brazilian regional policy, from the point of view of the greater availability of resources, in terms of its institutional and legal improvement, process of monitoring and evaluating the policy.

KEYWORDS: FCO. Industrias. Economic impact. Employability.

¹Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanas e Tecnologias. **E-mail:** edson@aclconsultoriaeconomica.com.br

²Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias da. **E-mail:** silvacarloaugusto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O contexto do presente trabalho se desenvolve por meio de análises de dados existentes de um estudo em três empresas na área industrial localizadas no Estado de Goiás, as quais usufruíram de financiamento empresarial FCO para expansão de seu parque produtivo, o trabalho contém números obtidos através de pesquisas voltadas ao contexto de investimentos destinados a gestão empresarial com subsídios governamentais. Essa dissertação busca contribuir com a discussão sobre a política de crédito público, considerando que a mesma se faz necessária. Uma vez que as questões que envolvem o custo de capital o tornam inviável na esfera privada para o financiamento empresarial.

Analisando a série histórica de 1989, há um balanço muito positivo referente à contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO) para a redução das desigualdades regionais e a expansão de oportunidades para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo o Ministério da Integração Nacional, em vinte e cinco anos de existência, o investimento conjunto do FCO foi superior aos R\$ 166 bilhões, permitindo 6,5 milhões de empréstimos.

O contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil sempre foi guiado pelas políticas governamentais e o governo sempre teve grande influência nas atividades econômicas, situação essa que a economia trata em relação aos países pobres o estado precisa desenvolver a parte estrutural, pois o retorno há longo prazo não atrai o setor privado (Bresser-Pereira, 2008).

No século XX o Brasil passou por várias transformações no que tange aos modelos econômicos de desenvolvimento, quando em meados do século passado a política intervencional passou a ocupar um papel de destaque para o desenvolvimento e com isso

houve a criação de instituições voltadas ao desenvolvimento local e regional com intuito de diminuir as disparidades econômicas (Bresser-Pereira, 2008).

A partir dos anos 1970 o poder intervencionista do Estado aumentou e com esse enfoque o país começou a desfrutar de números de crescimento econômicos maiores e as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda. Essa mudança apesar de pequena historicamente foi determinante para novas políticas com intuito de descentralizar o processo de industrialização e de produção que algumas regiões dominavam (Abreu, 1990).

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com intuito de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Borges, 2014).

O Estado de Goiás é marcado por uma grande divergência regional de renda, a qual setorna um entrave ao processo de desenvolvimento econômico. Isso pode ser revelado em vários indicadores, como renda, PIB, PIB per capita e IDHM. Segundo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), em 2012 o Índice de Gini calculado para a variável PIB, no período 2002 e 2012, ficou entre 0,77 e 0,80, revelando a grande concentração de renda no Estado de Goiás.

Outro fato que revela essa desigualdade regional é o fato do PIB per capita municipal variar mais de vinte vezes entre o município mais rico e o mais pobre. Diante dessa realidade regional, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) pode ser uma ferramenta importante para a dinamização da economia local, de modo a combater essa

desigualdade. O FCO foi criado pela Constituição de 1988, com o intuito de reduzir a desigualdade regional, promovendo e financiando as atividades econômicas nas regiões menos favorecidas, de modo a dinamizar suas economias locais (Resende, Cravo & Pires, 2010).

Porém, pode-se dizer que em partes o país vem conseguindo alcançar alguns dos objetivos, apesar de muito questionamento essa política de crédito com subsídio, vem trazendo alguns resultados. O Brasil não pode ser considerado um país com um alto grau de atraso econômico. Houve alguns avanços em áreas importantes nas últimas décadas, estabilizou seu crescimento populacional, e mantém a inflação sob controle (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O Brasil se destaca por possuir algumas vantagens como a alta produtividade de sua agricultura, detém tecnologias complexas como a da exploração do petróleo em águas profundas (Pré sal), fábrica de jatos e computadores e ostenta um Produto Interno Bruto (PIB) que se alinha entre os maiores do mundo. Mas também existe outro lado de maneira negativa, possui uma escalada da criminalidade afrontosa, a carga tributária elevadíssima, os serviços públicos em regra deficientes, com altas taxas de juros, a exploração dos recursos naturais predatória, o crescimento econômico medíocre e milhares de pessoas que sobrevivem em condições subumanas (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

Devido à necessidade de maior competitividade por meio de inovações tecnológicas, visando o crescimento, empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos de desenvolvimento alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Esse processo de evolução tecnológica leva as empresas e nações a um novo modelo de comportamento no cenário global (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009; Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O atual processo de globalização em que a tecnologia e todos os meios de comunicação são de uma maneira em que tudo ocorre de maneira instantânea, o

mesmo se encontra da em evolução na forma de integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009).

Dentro de um cenário internacional os países que saíram da forte crise mundial com início através da bolha imobiliária americana, tiveram como pilar da política econômica a abundância do crédito. Os EUA mantiveram as taxas de juros em 0,25% a.a. por longo período entre 2008 e 2014, e os ajustes recentes foram parcimoniosos, exatamente pela preocupação do investimento produtivo o país foi elevando a taxa de juros gradativamente a 1,25% a.a., patamar abaixo da inflação daquele país (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

A união europeia através da Zona do Euro vem mantendo a taxa de juros (taxa de refinanciamento) em zero e a compra de títulos em volumes elevados, o que amplia a oferta de moeda e a pressão baixista nas taxas de juros de mercado. O Japão (-0,10%), a Suécia (0,50%) e a Suíça (-0,75) mantêm taxas negativas. No Reino Unido está em 0,25% a.a., e no Canadá e Noruega, em 0,50% a.a. Ainda há de se ressaltar que a economia mundial passou por uma forte crise pelo efeito da bolha imobiliária americana no ano de 2008, com intuito de analisar o período pré e pós crise o recorte deste trabalho se fará a partir do ano de 2004 até o ano de 2014, em que o último recorte se faz necessário em virtude de verificação de dados disponibilizados na esfera macroeconômica (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O patamar europeu e dos Estados Unidos, ainda não foi inserido dentro do contexto político e econômico brasileiro, onde se faz necessário uma prática de situação de “subsídios” no investimento produtivo através de linhas oficiais. A justificativa para a pesquisa e a investigação objeto deste trabalho, reside no fato de que a identificação adequada de uma ou mais fontes de financiamentos, e se constitui em um dos elementos mais importantes para a

atividade empresarial na medida em que a utilização adequada dos recursos obtidos contribui para sua dinâmica, eficiência e inovação (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O sistema financeiro é o responsável pelo papel de intermediação bancária, mas sofre influência diretamente do governo. Assim, conforme Araújo e Dias (2006) afirma que o efeito da interferência governamental dentro do sistema financeiro nacional, a maior imposição de reservas tem efeitos deletérios sobre a taxa de crescimento da economia. O crescimento é afetado porque a imposição de uma alíquota mais elevada de reservas aos bancos impõe um imposto à acumulação de capital. No próximo item, baseia-se em explorar o papel dos processos socioeconômicos sobre as políticas territoriais no Estado de Goiás.

O objeto de análise da presente dissertação é mensurar a mudança com este fundo criado especificamente para desenvolver certas regiões e atenuar a desigualdades regionais.

O presente trabalho é um estudo de múltiplos casos com três indústrias de vários setores em Goiânia e região metropolitana: a empresa A, a empresa B e a empresa C. O estudo de múltiplos casos foi eleito pelo autor para responder a seguinte problemática: Quais os impactos que as indústrias que utilizaram o FCO entre 2004 e 2014 ocasionam na economia regional?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o(s) possível(eis) impacto(s) de desenvolvimento empresarial e econômico de indústrias do Estado de Goiás, que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

E, ainda, de maneira específica:

- Compreender a economia e a participação do Estado;
- Descrever as formas de subsídios da linha de crédito do FCO;
- Analisar o impacto do subsídio para o desenvolvimento da economia e três indústrias em seus

vários aspectos.

- O estudo se justifica, pois, de acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste.

- As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

- Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico.

- A dissertação se encontra dividida em três capítulos, sendo descrito no primeiro *Capítulo* a base teórica para subsidiar a pesquisa empírica; no segundo *Capítulo* esta o desenho metodológico do estudo; no terceiro *Capítulo* se encontra os resultados da pesquisa com multicasos desenvolvido em três indústrias, e, ao final as considerações finais seguidas referências e apêndices.

REVISÃO DA LITERATURA

Para Rebouças (2015), a gestão estratégica é o planejamento, monitoramento, análise e avaliação contínuos de tudo o que é necessário para uma organização atingir suas metas e objetivos. A inovação acelerada, as tecnologias emergentes e as expectativas do cliente forçam as organizações a pensar e tomar decisões estrategicamente para permanecerem bem-

sucedidas. O processo de gestão estratégica ajuda os líderes da empresa a avaliar a situação atual da empresa, definir estratégias, implementá-las e analisar a eficácia das estratégias implementadas.

De acordo com Andréas (2005) o processo de gerenciamento estratégico envolve a análise de decisões de negócios multifuncionais antes de implementá-las. A gestão estratégica envolve tipicamente: Analisando os pontos fortes e fracos internos e externos; Formulando planos de ação; Executando planos de ação e Avaliar em que medida os planos de ação foram bem-sucedidos e fazer alterações quando os resultados desejados não estão sendo produzidos. A gestão estratégica exige um compromisso com o planejamento estratégico, que representa a capacidade de uma organização de definir metas de curto e longo prazo e, em seguida, determina as decisões e ações que precisam ser tomadas para alcançar esses objetivos.

O autor comenta que o processo de gestão estratégica é uma técnica de gerenciamento usada para planejar o futuro: as organizações criam uma visão desenvolvendo estratégias de longo prazo. Isso ajuda a identificar processos e alocação de recursos necessários para atingir esses objetivos. Também ajuda as empresas a fortalecer e apoiar suas principais competências. Ao determinar uma estratégia, as organizações podem tomar decisões lógicas e desenvolver novas metas rapidamente para acompanhar o ambiente de negócios em constante mudança. A gestão estratégica também pode ajudar uma organização a obter vantagem competitiva e melhorar a participação no mercado.

Planejar é fazer o plano ou planta é projetar, traçar, um bom arquiteto planejará um edifício, fazer um planejamento é programar, planificar, planejar, tencionar, fazer tenção ou resolução, projetar. Mesmo antes do dia nascer, as pessoas inconscientemente já começam a fazer o planejamento para o dia. Os administradores projetam suas ações, e mesmo o ser humano com menos ocupação faz os seus planos com

vista a conseguir em um determinado prazo (Brondani; Santos, 2003).

Essencialmente, planejamento é o ato de antecipar-se. É a definição prévia de como a situação que se vai enfrentar será conduzida, que resultado se espera e que providências serão tomadas caso ocorra algum imprevisto. Como já é comum se dizer, constitui-se um exercício de viajar até o futuro, ver o que está acontecendo, voltar para o presente e preparar-se para enfrentar aquela situação que se enxergou. Conforme Rebouças (2015, p. 259):

O planejamento é uma técnica para observar a incerteza sobre o futuro e permitir maior consistência no desempenho das obrigações. Planejamento lida com o futuro. Começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los com eficiência e eficácia. Assim planejar significa definir o que vai fazer antecipadamente, o melhor curso para as ações com custo mínimo e o menor esforço possível.

Rebouças (2015) compreende que o planejamento começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. O mesmo define onde se pretende chegar, ou o que deve ser feito, quando, como e em que sequência. A gestão estratégica é um processo que começa com aos objetivos e define os planos para alcançá-los. Essa definição faz do estabelecimento dos objetivos a serem alcançados o ponto de partida do planejamento. A fixação dos objetivos é a primeira coisa a

ser feita: saber onde se pretende chegar e consequentemente de como chegar lá. Objetivos são resultados futuros que se pretende atingir. São alvos escolhidos que se almeja alcançar dentro de um espaço de tempo, aplicando-se determinados recursos disponíveis ou possíveis. Assim, são pretensões futuras

que uma vez alcançadas, deixam de ser apenas objetivos e passam ser uma realidade.

PLANEJAR

Na visão de Megginson, et al (1998), o planejamento pode ser definido como O processo de estabelecer objetivos ou metas, determinando a melhor maneira de atingi-las. O planejamento estabelece o alicerce para as subseqüentes funções de organizar, liderar e controlar, e por isso é considerado função fundamental do administrador.

O planejamento é condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade. O planejamento deverá ser feito desde a pesquisa de mercado, o projeto, o conhecimento do melhor fornecedor e até a prestação do serviço e do produto desejado pelo consumidor. De acordo com Bernardi (2007, p. 102), “planejamento é a definição de um futuro almejado e dos meios e alternativas mais eficazes de alcançá-lo. Desta definição, entende-se que planejamento é a busca de um futuro desejado”.

O planejamento se assemelha muito aos objetivos, pois será a partir de um planejamento sólido e organizado que se estabelecerá as metas e objetivos a serem seguidos. Assim, para que haja um planejamento eficaz é necessário o estabelecimento de objetivos, simples, claros e definidos e a definição dos caminhos que levaram aos objetivos almejados. É uma função gerencial que abrange a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançá-las e o desenvolvimento de uma hierarquia abrangente de planos a integrar e coordenar atividades.

Segundo Chiavenato (2007, p.138):

O planejamento representa a primeira função administrativa, por ser exatamente a que serve de base para as demais funções, como organização, direção e controle. Na verdade o planejamento é a função administrativa que determinam antecipadamente quais são os objetivos a

serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los da melhor maneira possível. Trata-se, pois, de um modelo teórico para ação futura.

O planejamento é elaborado de meios diferentes nos vários níveis organizacionais. Em razão disso existe uma hierarquia de planos. Há três níveis distintos de planejamento: Planejamento estratégico, Planejamento tático e planejamento operacional. Segundo Chiavenato (2007 p.139).

- **Planejamento estratégico:** é o mais amplo e envolve e abrange toda a organização como um sistema único e aberto.
- **Planejamento tático:** é o planejamento elaborado em cada departamento no nível intermediário da organização. Cada unidade organizacional deve elaborar seu planejamento tático subordinado ao planejamento estratégico.
- **Planejamento operacional:** é o planejamento que se refere a cada tarefa ou atividade em particular.

Maximiano (2006) traz em seu livro conceitos de vários autores estudiosos sobre planejamento estratégico, como um processo de escolha de oportunidades, em relação aos termos de clientes a serem atendidos e produtos a serem oferecidos e, ao mesmo tempo, como o processo de tomar decisões sobre investimento de recursos com o intuito de atingir os objetivos.

Batman e Snell (2005), para esses autores, a definição de estratégia está ligada ao padrão de ações e de alocação de recursos planejados para conseguir alcançar os objetivos da organização. A estratégia que a organização implementa tem por finalidade compatibilizar as competências e os recursos da organização com as oportunidades do ambiente externo.

Para os autores Mintzberg; Ahlstrand; Lampel (2005) a definição clara de estratégia é considerar um

padrão, isto, é, consistência em comportamento ao longo do tempo. O autor explica que há plano padrão em que se deve considerar o passado e entender o futuro dos

negócios. Ele conceitua esse processo de estratégia pretendida e a estratégia realizada, onde as empresas nem sempre conseguem cumprir as estratégias pretendidas.

Segundo Porter (2004), entende-se por estratégias competitivas os meios pelos quais uma organização utiliza-se para competir mais eficazmente no mercado, obtendo uma vantagem em relação aos concorrentes. A partir daí, o autor diz que a vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma empresa tem condições de criar para seus compradores.

Desta forma segundo Pinho (2001, p.89),” antes de conceituar planejamento estratégico, é necessário lembrar que, na consideração dos grandes níveis hierárquicos, podem-se distinguir três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.” Oliveira (2001, p. 89), “planejamento estratégico é um processo gerencial que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com seu ambiente.”

Oliveira (2001, p.89), o planejamento estratégico:

É normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa, e diz respeito tanto à formulação de objetivos, quanto à seleção das estratégias empresariais a serem seguidas para a consecução desses objetivos, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

De forma resumida Chiavenato (2000, p.121 A 125), afirma que as quatro estratégias competitivas são:

- Estratégia defensiva: adotada por empresas que possuem domínios definidos de produtos/mercados que

pretendem manter ou defender da ação de concorrentes. Os dirigentes são capacitados e eficientes e estas empresas raramente fazem grandes modificações em tecnologia. Procura concentrar todas as atenções na manutenção ou no aumento da eficiência das operações atuais.

- Estratégia ofensiva: adotada por empresas que, de maneira constante, buscam novas oportunidades de mercado e experimentam regularmente reagir com respostas potenciais às tendências emergentes do meio ambiente. Estas empresas são os elementos criadores de mudanças e de incertezas no meio ambiente. A preocupação com mudanças e inovações faz com que estas empresas não se esmerem o suficiente para extrair de suas operações atuais o máximo de rendimento possível, o que as torna pouco eficientes, tal fato explica por que todo e qualquer domínio de produto serviço/mercado é, do ponto de vista de uma estratégia ofensiva, sempre transitório e substituível pela inovação que virá a caminho.

- Estratégia analítica: é uma estratégia compartimentada adotada por empresas que operam em dois tipos de domínio produto-serviço/mercado: um estável e outro mutável. A empresa mantém e defende um domínio já garantido de produto/mercado, procura aproveitar oportunidades ambientais em novos domínios. Assim os executivos observam os concorrentes em busca de novas idéias e adotam rapidamente aquelas que lhes parecem mais promissoras.

- Estratégia reativa: enquanto as três estratégias anteriores são proativas (isto é, se antecipam às ocorrências do ambiente), esta é uma estratégia reativa(isto é, reage com atraso às ocorrências do ambiente), despreparada e improvisada. A adoção de qualquer das três estratégias estáveis pode proporcionar sucesso empresarial por períodos longos de tempo, pois são respostas válidas e adequadas às mudanças ambientais. A estratégia reativa, contudo, é inadequada às demandas ambientais, pois os executivos da empresa se apercebem com muito atraso da mudança e da incerteza que ocorrem no meio ambiente em que sua empresa está inserida, tornando-se incapazes de

articular uma resposta empresarial pronta e eficaz. O resultado é a tendência à adoção de estratégias que já dão mostras de envelhecimento, bem como adoção de estratégias que deram bons resultados no passado e em outras circunstâncias anteriores.

MÉTODO

De acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste e o impacto em sua gestão por meio desses recursos.

As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico. Os procedimentos da pesquisa se referem às etapas “mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos” (Lakatos & Marconi, 2003: 221).

Depois de estudar as teorias, foram analisadas as informações que necessitavam ser coletadas das indústrias para que os objetivos de pesquisa fossem atingidos. As informações necessárias foram sobre: FCO, investimentos, projetos, custos – benefício, objetivos,

estratégias e impacto na geração de emprego. A seleção das empresas pesquisadas foi realizada de forma intencional pelo autor que trabalha com várias outras indústrias prestando assessoria financeira. O autor solicitou via e-mail a autorização para as três indústrias para responderem a entrevista.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo teórico apresentado demonstrou que o desempenho do setor industrial em Goiás é um assunto com grande relevância a ser discutido, uma vez que, atualmente, existe uma crise política e econômica no país. O termo desenvolvimento significa a passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior. Logo, desenvolvimento é sinônimo de progresso, evolução, melhoria da qualidade de vida.

Verifica-se que o contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil foi guiado pelas políticas governamentais e o governo tem influência nas atividades econômicas. A partir dos anos 1970, houve no Brasil números de crescimento econômico maiores, concomitante ao aumento do poder intervencionista do Estado. Como consequência, as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda.

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com a fim de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Os resultados mostraram que a gestão estratégica é a coleção abrangente de atividades e

processos contínuos que as organizações usam para coordenar e alinhar sistematicamente recursos e ações com missão, visão e estratégia em toda a organização. As atividades de gerenciamento estratégico transformam o plano estático em um sistema que fornece *feedback* de desempenho estratégico para a tomada de decisões e permite que o plano evolua e cresça à medida que os requisitos e outras circunstâncias mudam. A execução da estratégia é basicamente sinônimo de gerenciamento estratégico e equivale à implementação sistemática de uma estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentes pesquisas têm mostrado que houve um avanço no setor industrial em Goiás. A industrialização é um processo socioeconômico que visa transformar uma área da sociedade, inicialmente anacrônica, em uma fonte de maior riqueza e lucro. Isso acontece por meio de maquinários específicos nas indústrias, substituindo algumas funções antes exercidas pelo homem, pressupondo também a existência de capital humano e de mão-de-obra qualificada.

O processo de industrialização traz urbanização, conseqüentemente, crescimento econômico. Dentre as principais características do mesmo pode-se observar: aumento na divisão de trabalho, avanços na produtividade industrial e agrícola, crescimento da renda per capita e do padrão de consumo, além da expansão das receitas públicas.

Foi observado na pesquisa que o Estado de Goiás avançou o processo de industrialização na década de 1970 e tornou-se mais robusto na década de 1990, mediante aos incontáveis sacrifícios estatais para atrair novas indústrias, através de políticas fiscais agressivas de atração de investimentos, fazendo com que as mesmas permanecessem no Estado.

E assim, para atrair novos investidores, foram criados vários programas públicos de financiamento objetivando a implantação e a expansão de indústrias no

território goiano. O Estado em conjunto com os municípios doou terrenos com infraestrutura básica para que as fábricas pudessem começar a trabalhar, gerando condições para que as mesmas se mantivessem no local e promovessem crescimento, para, no futuro serem criados os parques industriais.

Uma vez entendida a necessidade da interferência do Estado na economia, o focopassa a serem os instrumentos utilizados para tal finalidade. Esses instrumentos podem ser entendidos como as políticas de intervenção ou controle da economia quando necessário. Keynes defendia a ação do Estado através de empresas estatais, as quais seriam responsáveis por prover os bens públicos, sendo financiados através de taxaço sobre a demanda. Para que Keynes constituísse uma base teórica para estudar os impactos da execução do Governo em relação ao nível de atividades econômicas, ele desenvolveu a análise de equilíbrio geral. Pode-se observar que nessa análise, no curto prazo, a eficiência da produtividade permanece inalterável de modo que os níveis de renda, preços e emprego se alteram em função da modificação da demanda agregada.

A persistência histórica dos desequilíbrios regionais no Brasil foi o pano de fundo para o estabelecimento de políticas regionais apoiadas por fundos públicos, com o objetivo de promoção do desenvolvimento e diversificação da produção das regiões mais pobres o país. Esta percepção também esteve presente na última assembleia constituinte nacional quando as questões regionais e federalistas eram objetos de debates que culminaram no artigo 159 da Constituição Federal de 1988.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988 determinou que 21,5% e 22,5% do ingresso do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados, traduzido como Imposto sobre Bens Industrializados (IPI) seriam aplicados, respectivamente, nos Fundos Estaduais (FPE) e Fundos Municipais (FPM). Isso criou condições objetivas para o processo de

descentralização fiscal no país, o que aumentou a capacidade dos governos subnacionais entidades para a prestação de serviços e políticas públicas.

Em segundo lugar, também reservou 3,0% desse mesmo influxo (IR + IPI) para aplicação em programas de financiamento para o setor privado cujos investimentos foram encontrados no Norte, Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Através do financiamento financeiro regional do Governo Federal instituições, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, metade dos recursos destinados a sua região foram reservados para o semi-árido da região Nordeste Brasil. A obrigação da formulação, financiamento e implementação de políticas regionais de desenvolvimento foram recuperadas com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas políticas abandonadas no contexto da crise dos anos 80 abalaram os fundamentos da economia brasileira.

Os resultados empíricos demonstraram que as três indústrias estudadas mesmo de segmentos diferentes, por meio de seu crescimento em sua receita e aumento de vagas disponíveis de emprego, somaram com a implementação e execução dos projetos financiados pelo FCO, o que se percebeu com o número foi que mesmo diante de um cenário nacional de economia fragilizada, o Estado manteve sua economia ainda que de forma tímida mais crescente em número, e houve um impacto positivo na empregabilidade no Estado, confirmando a hipótese de que o referido crédito assume o seu viés de contribuir com a economia regional e consequentemente a nacional, e até mesmo em exportações.

Os resultados apontaram que os recursos do FCO apresentaram impacto positivo sobre o crescimento do PIB per capita do Estado, resultado dos empréstimos concedidos aos vários segmentos.

Com base no desenvolvimento desta dissertação, bem como uma visão crítica e científica dos acontecimentos históricos tanto no país como no Estado

em relação ao FCO, pode-se concluir que, as empresas estão mais atentas aos créditos de subsídios no governo, para alavancarem e impactarem a economia local e com projeções a partir dos investimentos em exportações, visto que as indústrias fazem investimentos com o intuito de aumentar a escala de produção e consequentemente abrir novos postos de trabalho.

Ainda, há entraves deste contexto, quais sejam, como o principal objetivo do FCO é promover a redução da desigualdade regional, há necessidade de que, nas regiões pouco dinâmicas, promova a elevação do crédito e/ou incentivos para que estimule a expansão da economia e assim contribuir para aumento do emprego e renda.

REFERÊNCIAS

Abreu M. P. A. **Ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

Agência de Fomento de Goiás S/A. Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN- GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas-2016;

Arraes, R. A., & Teles, V. K. **Qualidade institucional e crescimento econômico**. Revista Econômica do Nordeste, v.31, n.esp., p.882-897, nov. 2000.

Arriel, M. F. (2010). **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**.

103 f, Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/perfil-produtivo-e-dinamica-espacial-da-industria-goiana-1999-2007.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Arriel, M. F., & Castro, S.D. **O perfil produtivo da indústria goiana. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.15**. SeplanGO, p. 14-24, set. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj15/arquivo02.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.

Antunes, F. Reformas do Estado e da educação: o caso das escolas profissionais em Portugal. **Revista Brasileira de Educação, (29), 40-51**. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200004> Acesso em: 30 abr. 2018.

Araújo, E. C. & Dias, J. Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). **Revista de Economia Contemporânea**, 10(3), 575-609. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482006000300005> Acesso em: 30 abr. 2018.

Amaral, A. P. X. **Incentivos Fiscais E O Programa “Produzir” Em Goiás: Impactos**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração Contabilidade e Economia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Goiânia/GO, 103f.

Araujo, E. S. **Avaliação dos Programas de Incentivos Fiscais do Estado de Goiás entre 2000 e 2013**. *Economia-Ensaios*, v. 30, n. 2, p. 65-87.

Bandeira, A. J. P. **Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1990)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Batista Jr, P. N. (2016). **A economia como ela é** 3. ed. São Paulo: Boitempo.

Bartik, T. J. **Solving the problems of economic development incentives**. *Growth and Change*, v. 36, n. 2, p. 139-166, 2005.7

Bernardi, L A. **Manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bobbio, N. **Dicionário de política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília. (1988). Liberalismo e democracia. São Paulo, Editora Brasiliense.]

Borges, E. B. **Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: Análise de Impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011)**, (Tese de Doutorado)Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Batista, C & Simpson, X. Determinantes políticos do déficit fiscal nos estados brasileiros (1987-1997). **Revista de Sociologia e Política**, 18(35), 131-149. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000100009> Acesso em: 30 abr. 2018.

Bresser-Pereira, L. L; Oreiro, J. L; Marconi. **Developmental Macroeconomics: new developmentalismas a growth strategy**. Routledge: Londres.

Brasil._____.Lei nº 4.320, de 17 março de 1964 – Estatui Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de

outubro de 1988/ organização, revisão, atualização e índices por Geraldo Magela Alves e Equipe. – Rio de Janeiro: Forense, 2001- Artigo nº 107.